



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



P A R E C E R N° 003/2022, DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Ao Projeto de Lei n° 008/2022 de autoria da Mesa Diretiva – Gestão 2022.

1. RELATÓRIO

A Mesa Diretiva, em 12 de janeiro de 2022 apresentou o Projeto de Lei n° 008/2022, que “concede aos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Guaira, a revisão geral anual de 10,16% (dez vírgula dezesseis por cento) no valor real dos vencimentos e dos salários”

A matéria foi apresentada na sessão extraordinária de 13 de janeiro de 2022, e encaminhada à Comissão de Obras, Serviços Públicos, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para parecer.

Justifica que, considerando a perda inflacionária no importe de 10,16% (dez vírgula dezesseis por cento) desde janeiro de 2021, somada ao direito constitucional dos servidores públicos à revisão geral anual, apresentamos o presente projeto de lei para fins de regularização dos vencimentos.

O presente projeto visa assegurar aos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Guaira, o direito à revisão no montante acumulado no período de janeiro de 2021 a dezembro de 2021, segundo percentual acima apontado pelo INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), baseado nos princípios constitucionais norteadores da administração pública, fundado no cumprimento aos direitos assegurados aos servidores no ordenamento legal.

Vale ressaltar que a Lei n° 2161/2021 de revisão geral anual referente ao período inflacionário de janeiro 2020 a dezembro de 2020, no valor de 4,52% (quatro vírgula cinquenta e dois por cento), calculado pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), estava suspensa no período de vigência da Lei Complementar 173/2020, sendo este percentual automaticamente incorporado ao vencimento dos servidores, tendo em vista o prazo final da lei complementar citada.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



Assim, o apoio dos Senhores Vereadores para aprovação em Plenário é de vital importância, vez que, da união de todos em busca das melhorias necessárias, marcará uma administração profícua e realizadora.

O Parecer Jurídico nº 12/2022-I, do advogado público Municipal desta casa, que segue em anexo, conclui que ao discorrer os marcos legais para o trâmite, não vê óbice ao trâmite da matéria, para exercício amplo da atividade parlamentar legitimamente constituída. Estando a proposição constitucionalmente elaborada, bem como atendendo a Lei Complementar 95, de 26/02/1998, com redação adequada.

2. VOTO DA RELATORA

Considerando que o presente projeto de lei está adequado à Legislação vigente e em razão da necessidade e importância da matéria em questão, voto pela admissibilidade e tramitação do projeto de lei nº 008/2022.

Sala de Reuniões, em 17 de fevereiro de 2022.


CRISTIANE GIANGARELLI
Relatora

3. PARECER DA COMISSÃO - FAVORÁVEL

Os demais membros desta Comissão acompanham o voto da relatora, de forma que o Projeto de Lei nº 008/2022 de autoria da Mesa Diretiva, possa ser discutido e votado em plenário.

Sala de Reuniões, em 17 de janeiro de 2022.


ADRIANO CEZAR RICHTER
Presidente

SANDRO SABINO BORGES
Secretário
(ausente na reunião)

Na 17 em Sessão Extra
19/01/2022